



DATA DA REUNIÃO: VINTE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO. -----

PRESENCAS E FALTAS: -----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE. -----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS. -----



HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS. -----
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO DIANA PAULA FERREIRA SALGADO. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, foi feita uma chamada de atenção para as seguintes questões:-----

- O problema de drenagem da Avenida Silva Araújo, em Vila das Aves, as quais se acumulam na EN 105. -----

Atendendo a que decorrem obras de repavimentação da EN 105 os senhores vereadores questionaram se não se justificam resolver o problema no âmbito dessas obras; -----

- Transtornos com a circulação rodoviária, designadamente no que se refere ao trânsito de viaturas pesadas, em resultado da falta de planeamento na execução das obras na EN 105. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que a questão da drenagem das águas pluviais na Avenida Silva Araújo, na intercessão EN 105, será resolvida no âmbito da execução da obra de drenagem de águas pluviais e repavimentação da referida avenida, já adjudicada, e da construção de uma nova rotunda na EN 105, a executar pelas Infraestruturas de Portugal. -----

Relativamente à questão dos transtornos resultantes da execução da obra na EN 105, o senhor presidente esclareceu que as mesmas resultaram de factos alheios ao município, tendo esta câmara municipal tomado todas as medidas no sentido de minimizar os impactos na circulação rodoviária. -----



LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE SETEMBRO DE 2018 – ATA Nº 17

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 06/09/2018
- 2 – Informação sobre a situação económica e financeira referente ao 1º semestre de 2018 - Conhecimento
- 3 – Proposta de abertura de Procedimento Concursal para provimento do cargo de Diretor Geral Municipal e designação do respetivo Júri
- 4 – Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos no ano de 2019
- 5 – Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativamente a prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, de sujeitos passivos com dependentes a cargo (Artigo 112º - A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis)
- 6 – Participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial
- 7 – Lançamento de Derrama para o ano de 2019
- 8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) (artigo 106º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro): Fixação do percentual para 2019
- 9 – Proposta de Alteração (2ª alteração) ao Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TMU) – Aprovação
- 10 – Projeto de Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais: Início de procedimento
- 11 – Proposta de Alteração à minuta do Contrato de Urbanização a celebrar com a sociedade Garcia, Garcia S.A. para execução do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria
- 12 – Proposta de redução das taxas de ocupação mensal das lojas comerciais da Central de Camionagem
- 13 – Proposta de celebração de Acordo com a sociedade Águas do Norte, S.A. para a prestação de serviços de faturação e cobrança e partilha de custos relativamente à tarifa e outras taxas relativas aos RSU

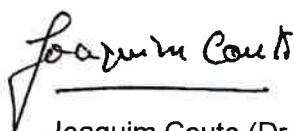
5



- 14 – Ratificação do despacho de 06/09/2018 proferido sobre a reclamação apresentada pela adjudicatária à minuta de contrato de concessão de obra pública e serviço público dos atuais e futuros lugares de estacionamento pago na via pública e dos parques de estacionamento existentes e a criar na cidade de Santo Tirso
- 15 – Proposta de atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Agrela para ajudar a custear as obras de ampliação e arranjos envolventes do cemitério daquela freguesia
- 16 – Atribuição de comparticipação municipal às entidades gestoras do prolongamento de horário nos estabelecimentos da educação pré-escolar, para assegurar o seu funcionamento durante o ano letivo de 2018/2019
- 17 – Proposta de concessão de apoio financeiro à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária D. Dinis para a instalação de dispositivos de controlo de entradas e saídas dos alunos da Escola Básica e Secundária D. Dinis
- 18 – Proposta de celebração de protocolo com a Associação Cultural Tirsense - Realização de atividades artísticas na área da música
- 19 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Associação Estrelas da Serra - Agrela - 2018
- 20 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Associação Cultural e Desportiva de Lamelas – 2018

Santo Tirso, 17 de setembro de 2018

O Presidente,



Joaquim Couto (Dr.)



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/09/2018.

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia seis do corrente mês de setembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



**2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA
REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2018 - CONHECIMENTO. -----**

Presente informação da Divisão Financeira, de catorze do corrente mês de setembro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte e sete, a remeter o relatório sobre a situação económica e financeira do município, referente ao 1º semestre de 2018, elaborado pelo auditor externo do município, sociedade “MGI & Associados, SROC Lda”, datado de onze do corrente mês de setembro, para cumprimento do estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 77º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, que dispõe que compete ao auditor externo “*Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira*”.

Junta-se cópia do referido Relatório à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por doze folhas, apenas utilizadas no anverso, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

A câmara municipal tomou conhecimento da informação prestada pela identificada sociedade revisora oficial de contas, auditora externa do município, e deliberou remeter à assembleia municipal.-----

3. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR GERAL MUNICIPAL E DESIGNAÇÃO DO RESPETIVO JÚRI. -----

Presente proposta do senhor vereador Dr. Alberto Costa, de catorze do corrente mês de setembro, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida proposta, proponho que a câmara municipal decida proceder à abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de diretor da Direção Geral Municipal, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 11º da Lei 49/2012, de 29 de agosto.-----

Os encargos com o provimento do respetivo cargo dirigente estão previstos no Orçamento do município para dois mil e dezoito, (classificações orçamentais 02/01.01.04.04; 02/01.01.14 e 02/01.01.13), conforme proposta de cabimento orçamental número 249/2018, cujo compromisso foi registado no sistema de apoio à execução orçamental, conforme documento n.º 270/2018, de dezassete de janeiro último. -----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, de harmonia com o previsto nos números 1 e 2 do artigo 13º do mesmo diploma legal atrás referido, que designasse o júri para o respetivo procedimento concursal, com a seguinte composição: -----

Presidente – Manuel Correia Fernandes; -----

Vogais – Álvaro António Gomes Domingues e Maria Clara Lima Fernandes Correia. -----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo II, breve síntese curricular dos membros do júri propostos à assembleia municipal, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

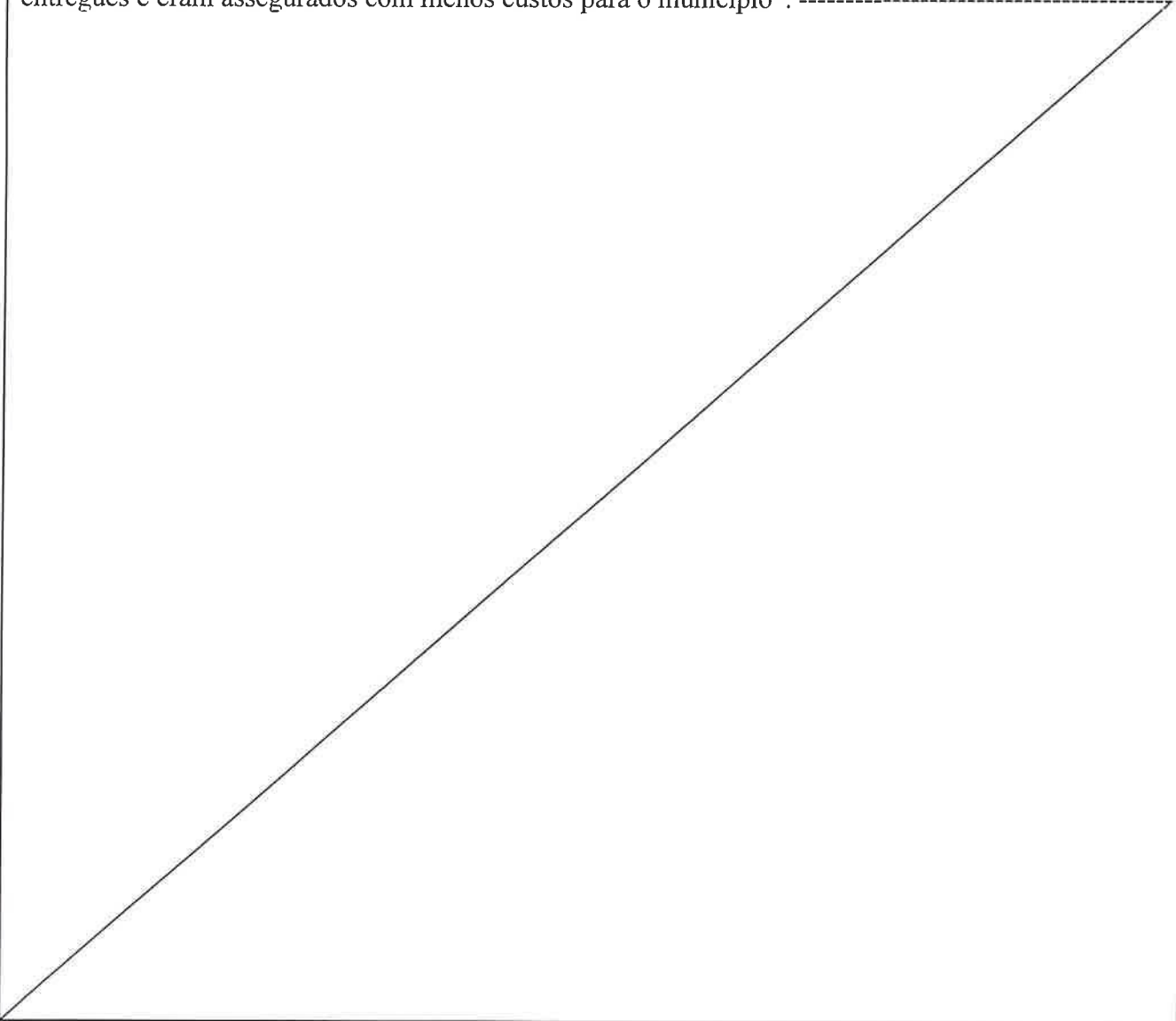
As propostas que antecedem, submetidas a votação nominal, foram aprovadas com seis



votos a favor dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três votos contra dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“Votamos contra mantendo coerência aquando da decisão da câmara municipal alterar a estrutura orgânica dos serviços municipais. -----

Consideramos que os serviços inerentes ao lugar de Diretora Geral Municipal, já estavam entregues e eram assegurados com menos custos para o município”. -----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

PROPOSTA

10

Considerando a alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais, aprovada pela assembleia municipal, na sua sessão extraordinária de 29 de junho de 2018, sob proposta da câmara municipal, aprovada na sua sessão ordinária de 28 de junho de 2018 e publicada no diário da república 2ª série, nº 157, de 16 de agosto de 2018;

Considerando que para o bom funcionamento dos serviços há necessidade de prover o lugar de diretor da Direção Geral Municipal;

Atendendo que os titulares dos cargos de direção superior de 1º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos previstos do artigo 18º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, em conjugação com o artigo 11º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

Proponho a abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de diretor da direção geral municipal, nos termos dos nº 1 e 2 do artº 11º da Lei 49/2012, de 29 de agosto;

Tendo ainda em conta que, de acordo com o n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri de recrutamento dos cargos dirigentes é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, obedecendo aos critérios definidos nos n.ºs 2 e 3 desse artigo, proponho ainda, que o júri para o procedimento concursal acima referido, seja constituído conforme anexo I da presente proposta que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

A escolha desses elementos baseou-se no seu perfil pessoal e profissional, nomeadamente pela sua experiência na administração pública e valorização profissional, apresentando-se uma síntese curricular também constante no anexo I da presente proposta.

Remeta-se para reunião de câmara.

Santo Tirso, 14 de setembro de 2018

SISTEMA CERTIFICADO

ei
ISO 9001
certificação
acreditada
IAC
M 021 GR

O Vereador

Dr. Alberto Costa



4. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS NO ANO DE 2019. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foram apresentadas as seguintes propostas:

A) Que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (aprovado pelo Decreto – Lei 287/2003, de 12 de novembro, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas), que fixe a taxa do imposto municipal sobre imóveis a aplicar aos prédios urbanos do concelho de Santo Tirso no ano de 2019 em 0,375%.-----

B) Que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal a manutenção da majoração em 30% (trinta por cento) da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, de harmonia com o previsto no n.º 8 do mesmo artigo 112º.-----

Nos termos da mesma norma consideram-se prédios urbanos degradados os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.-----

Para efeitos de execução da alínea B) desta deliberação os serviços de fiscalização devem fazer o levantamento dos prédios urbanos degradados, com indicação dos respetivos artigos matriciais, bem como o número de identificação fiscal dos respetivos titulares, para efeitos de comunicação à Direção-Geral dos Impostos.-----

Apos a apresentação da proposta, o senhor presidente sugeriu que a discussão dos pontos quatro a sete da ordem do dia desta reunião fosse feita conjuntamente. -----

Após o que os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, disseram que não participavam na discussão e respetivas votações, tendo apresentado a seguinte declaração política: -----

“Não participamos na votação dos pontos quatro a sete em virtude do expediente não ter sido apresentado atempadamente, o que não é razoável nem aceitável, dado se tratar de questões

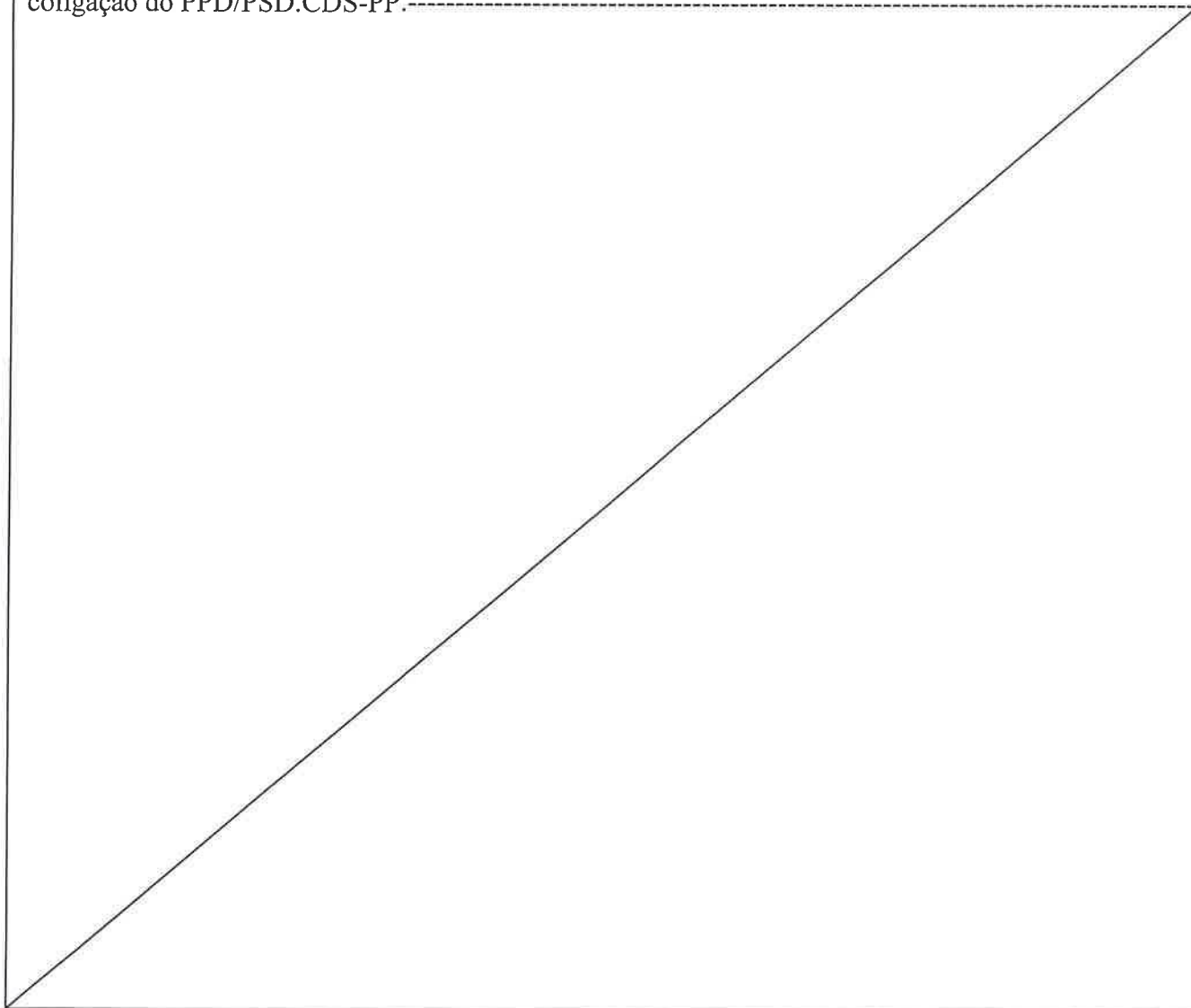


estruturantes, como são estes impostos, além de constituir uma ilegalidade por violação do disposto no artigo 53ª da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi esclarecido que não existe documentação sobre as respetivas propostas, e que as mesmas resultam do que está legalmente previsto.-----

As propostas que antecedem foram aprovadas com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Não participaram na votação os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP.-----





5. PROPOSTA DE REDUÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RELATIVAMENTE A PRÉDIOS URBANOS DESTINADOS A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO (ARTIGO 112º - A DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS). -----

O senhor presidente da câmara municipal propôs que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal, nos termos do disposto no artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (aprovado pelo Decreto – lei 287/2003, de 12 de novembro, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas), que seja fixada uma redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, (IMI) no ano de dois mil e dezanove, aplicada no caso de prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, de acordo com a tabela prevista no n.º 1 do referido artigo, ou seja:-----

- 1 dependente a cargo – Dedução fixa de 20,00 €;-----
- 2 dependentes a cargo – Dedução fixa de 40,00 €;-----
- 3 ou mais dependentes a cargo – Dedução fixa de 70,00 €;-----

As propostas que antecedem foram aprovadas com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Não participaram na votação os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, pelas razões reproduzidas no ponto quatro. -----



6. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA RESPECTIVA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Dispõe o n.º 1 do artº 26º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, que *“Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69º.”*-----

A participação do município naquele imposto depende, no entanto, de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município.-----

Considerando, por um lado, as restrições orçamentais das finanças públicas e os limites ao endividamento municipal, por outro; considerando o crescente alargamento das áreas de intervenção dos municípios;-----

Considerando que para além das despesas municipais com infraestruturas, tem-se verificado ainda um aumento das despesas com as pessoas, como sejam nas áreas da ação social, da educação, da cultura, desporto e tempos livres; considerando que se pretende evitar igualmente uma diminuição significativa nas receitas orçamentais do município, a qual poderia pôr em risco o normal desenvolvimento das suas atribuições;-----

Considerando que o princípio constitucional da autonomia das autarquias locais apenas pode ser cabalmente realizado se for garantida a sua autonomia financeira.-----

Propõe-se que a câmara municipal delibere apresentar as seguintes propostas à assembleia municipal:-----

A) Deliberar participar no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do município de Santo Tirso;-----

B) Deliberar, para os rendimentos respeitantes ao ano de 2019, que a participação municipal no IRS será de 4,75% (quatro vírgula setenta e cinco por cento), por se tratar da decisão adequada ao equilíbrio necessário para o atual quadro de atribuições do município e seu financiamento respetivo.-----

As propostas que antecedem foram aprovadas com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Não participaram na votação os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, pelas razões reproduzidas no ponto quatro. -----



7. LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2019.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

“Considerando que a derrama é uma receita municipal cujo lançamento depende de deliberação anual da assembleia municipal;-----

Considerando o disposto no artigo 18º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais;-----

Considerando que de acordo com o n.º 2 do artigo 16º da mesma lei, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios;-----

Considerando que o município deve acautelar a sua capacidade financeira, de forma a permitir a melhor prossecução das suas amplas atribuições e consequentemente contribuir para o desenvolvimento económico do concelho, consubstanciado na realização de investimentos municipais de vital e estratégico interesse para o município;-----

Considerando, por outro lado, que se pretende contribuir para a competitividade fiscal e para a atração de novas empresas, incentivando o investimento no concelho de Santo Tirso;-----

Considerando a importância que as pequenas empresas assumem para a economia do concelho de Santo Tirso;-----

Face ao exposto, propõe-se que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que aprove a taxa de derrama para o ano de 2019, a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do município de Santo Tirso por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável no território do município de Santo Tirso, nos seguintes termos:-----

- a) Para sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior ultrapasse 150.000,00€



(cento e cinquenta mil euros), a taxa de derrama a aplicar é de 1,5% (um vírgula cinco por cento); ----

b) Para sujeitos passivos cujo volume de negócios seja superior a 40.000,00 € (quarenta mil euros) e não ultrapasse 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), a taxa de derrama a aplicar é a taxa reduzida de 1,20 % (um vírgula vinte por cento); -----

c) Ficam isentos de derrama os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse o montante de 40.000,00 € (quarenta mil euros); -----

d) Ficam ainda isentos de derrama, pelo período de dois anos, as empresas que se fixem no concelho de Santo Tirso em dois mil e dezanove, desde que criem e mantenham no referido período de dois anos mais de cinco postos de trabalho”. -----

As propostas que antecedem foram aprovadas com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Não participaram na votação os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, pelas razões reproduzidas no ponto quatro. -----



8. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) (ARTIGO 106º DA LEI 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO): FIXAÇÃO DO PERCENTUAL PARA 2019. -----

Presente informação de dezoito do corrente mês de setembro, da Divisão de Mobilidade e Transportes, registada com o número dez mil quinhentos e quarenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP). -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

A Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas, dispõe, no nº 2 do artigo 106º que *“Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais”*; ---

A referida taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; -----

Aquele percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%; -----

Tem vindo a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a estabelecer anualmente a cobrança daquela taxa e a estabelecer em 0,25 % o respetivo percentual; -----

Apesar dos municípios não disporem ainda de mecanismos eficazes de controlo da respetiva receita, entendemos que deve ser mantida no ano de dois mil e dezanove a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, designadamente por uma questão de princípio, já que esta taxa pretende ser,

de acordo com o que resulta da Lei das Comunicações Eletrónicas, e do DL 123/2009, de 21 de maio, a contraprestação pecuniária devida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, pela utilização do domínio público ou privado do município; -----

Face ao exposto, proponho: -----

Que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar propor à assembleia municipal que, ao abrigo do nº 2 do artigo 106º da referida Lei 5/2004, e alínea b) do nº 1 do mesmo artigo 25º, deliberar aprovar a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) no ano de 2019, fixando, para esse ano, em 0,25% o percentual a aplicar sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município de Santo Tirso. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada uma declaração de voto relativa aos itens quatro a oito inclusive, constituindo as subsequentes três folhas. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Taxas de IMI, IMI Familiar, Derrama, IRS e Direitos de Passagem)

Fiel ao compromisso assumido para com a população do Município de aliviar a carga fiscal sobre as famílias e as empresas, os vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente as taxas de:

1. Imposto Municipal sobre Imóveis
2. IMI Familiar
3. Derrama
4. Comparticipação no IRS dos municípios
5. Direitos de Passagem

A redução de impostos é, de facto, o denominador comum da política fiscal posta em prática a partir de 2013 pelo executivo municipal de maioria PS, que, pelo quinto ano consecutivo, volta a desonerar os orçamentos familiares e a incentivar o investimento e criação de postos de trabalho.

Senão, veja-se:

1. Por proposta do atual executivo municipal, a taxa de IMI para prédios urbanos em vigor no ano de 2019 será 17 por cento abaixo do limite máximo legal. Isto é: ao invés de terem de pagar uma taxa de IMI definida por lei de 0,45%, os contribuintes de Santo Tirso vão apenas ser sujeitos a uma taxa reduzida de **0,375%**. O mesmo é dizer que o Município vai abdicar, no próximo ano, de uma receita na ordem do 1,5 milhões de euros, cobrando menos 20% da receita a que tinha direito se praticasse as taxas máximas permitidas por lei;
2. Uma vez mais, o que acontece pelo quarto ano consecutivo, o Município de Santo Tirso vai atribuir benefícios fiscais às famílias com um, dois e três ou mais dependentes a cargo. Quem tiver um dependente pagará menos 20 euros de IMI; quem tiver dois, menos 40 euros e quem tiver três ou mais dependentes beneficiará de um alívio de 70 euros;

3. A preocupação do atual executivo municipal com os orçamentos familiares está ainda bem patente na decisão de reduzir em 0,5%, de 5 para **0,475%**, a comparticipação que cabe por lei ao Município no IRS dos contribuintes residentes em Santo Tirso. Em 2019, os munícipes vão, assim, pagar menos impostos por via da participação do Município no IRS. Em 2017 e 2018, Santo Tirso foi um dos três Municípios da Área Metropolitana do Porto e um dos 100 a nível nacional a devolver IRS aos munícipes;
4. Apostado em consolidar as políticas de atração de novos investimentos e de fixação das empresas já existentes, o atual executivo municipal decidiu ainda, pelo quinto ano consecutivo, isentar do pagamento da Derrama as empresas que se instalem em Santo Tirso e criem pelo menos cinco novos postos de trabalho, por um período de dois anos. As empresas com um lucro tributável inferior a 40 mil euros também ficarão isentas em 2019 do pagamento da Derrama. Já quem tiver um volume de negócios inferior a 150 mil euros ficará sujeito a uma taxa reduzida de 1,2%. Só por via da Derrama, o Município abdicará no próximo ano de uma receita fiscal para financiar o orçamento municipal a rondar os 400 mil euros.

Contas feitas, **o Município irá abdicar, em 2019, de uma receita fiscal estimada em dois milhões de euros**, mercê da opção política de reduzir todas as principais taxas municipais para valores abaixo do limite máximo legal.

Tudo somado, em cinco anos de gestão do atual executivo municipal, são cerca de 11 milhões de euros aplicados nas famílias e nas empresas do Município.

O atual executivo municipal orgulha-se da gestão política que tem vindo a desenvolver desde finais de 2013, em matéria do cumprimento dos compromissos assumidos para com a população de Santo Tirso, nomeadamente aliviar a carga

fiscal; lançar um conjunto de amortecedores sociais que fazem do nosso Município um dos mais competitivos para fixação de população, em especial jovem; e consolidar as contas do Município, não hipotecando o futuro com propostas megalómanas e irresponsáveis.

Santo Tirso, 20 de setembro de 2018



9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (2ª ALTERAÇÃO) AO REGULAMENTO DA TAXA PELA REALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS (TMU) – APROVAÇÃO. -----

Presente informação de doze do corrente mês de setembro, da Divisão de Licenças e Urbanismo, registada com o número dez mil trezentos e cinquenta e um, a comunicar, na sequência do despacho do senhor presidente de seis de agosto findo, ratificado por deliberação da câmara municipal de seis do corrente mês de setembro (item dez da respetiva ata), a forma como foi efetuada a consulta pública relativa à proposta de 2ª alteração do Regulamento acima referido e a informar que o termo do prazo para apresentação de reclamações ou sugestões de alteração termina no próximo dia três de outubro.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais; -----

Considerando que a alteração proposta tem como pressuposto reduzir a TMU;-----

Considerando que a próxima sessão ordinária da assembleia municipal está agendada para o dia vinte e cinco do corrente mês de setembro, entendendo-se que é urgente a entrada em vigor das alterações propostas; -----

Proponho que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à assembleia municipal a aprovação da 6ª alteração ao Regulamento municipal acima referido, para entrar em vigor cinco dias após a sua publicação no Diário da República, na condição de no período de discussão pública não serem apresentadas quaisquer reclamações/sugestões de alteração à proposta aprovada. -----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, a proposta de 2ª alteração ao Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 17 Fl. 24
20 de setembro de 2018

Urbanísticas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

PROJETO DA 2.ª ALTERAÇÃO REGULAMENTO DA TAXA PELA REALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA URBANÍSTICAS

I – ALTERAÇÕES

É alterado o artigo 3º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas, nos seguintes termos:

Artigo 3º

Isenções e reduções

- 1- (...)
- 2- (...)
- 3- (...)
- a) (...)
- b) (...)
- c) (...)
- d) (...)
- e) *As obras de reabilitação urbana em edifícios destinados a fins habitacionais que deem origem à criação de um ou mais fogos;*
- f) *Loteamentos, edifícios com impacte relevante ou semelhante a loteamento, destinados à criação de fogos a colocar no mercado para venda ou arrendamento, desde que se insiram nos objetivos da política habitacional municipal e lhes seja reconhecido o especial interesse social e económico.*

II – ENTRADA EM VIGOR DAS ALTERAÇÕES

- 1- As presentes alterações entram em vigor cinco dias após a respetiva publicação no Diário da República.
- 2- As alterações introduzidas às alíneas e) e f) do nº 3 do artigo 3º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas são aplicáveis a todos os requerimentos em curso, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.



10. PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DE VIATURAS MUNICIPAIS: INÍCIO DE PROCEDIMENTO. -----

Presente informação da Divisão de Serviços Gerais, de catorze do corrente mês de setembro, registada com o número dez mil quatrocentos e vinte, a propor a elaboração de Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais, que tem por objetivo regulamentar a utilização e cedência de viaturas municipais, de modo a garantir uma maior e melhor eficácia na gestão do parque automóvel do município de Santo Tirso, de modo a racionalizar a sua utilização e otimização dos recursos municipais, quer por parte dos serviços, quer por solicitação de cedências de viaturas a entidades externas ao município. Prende-se também fazer uma adequação, por regulamento, ao disposto no Decreto-lei 490/99, de 17 de novembro. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento o Técnico Superior Manuel Joaquim Faria Silva, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento. -----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento. -----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



11. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO A CELEBRAR COM A SOCIEDADE GARCIA, GARCIA S.A. PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA PICARIA.-----

Presente informação conjunta da Chefe da Divisão Jurídica e da Diretora Municipal, de dezoito do corrente mês de setembro, registada com o número dez mil quinhentos e quarenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a propor alterações à minuta do Contrato de Urbanização a celebrar com a sociedade Garcia, Garcia, S.A. para execução das obras de urbanização previstas no Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria (PPZIP), que foi aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de trinta de abril último, e publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e nove de maio último. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida informação técnica, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação das alterações a introduzir à minuta do referido Contrato de Urbanização que, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, faz parte dos elementos complementares do aludido PPZIP.-----

Junta-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante como anexo III da mesma, constituído por catorze folhas, a minuta do Contrato de Urbanização a celebrar com a redação resultante das alterações propostas, que fica desde já aprovado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO COM A SOCIEDADE ÁGUAS DO NORTE, S.A. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FATURAÇÃO E COBRANÇA E PARTILHA DE CUSTOS RELATIVAMENTE À TARIFA E OUTRAS TAXAS RELATIVAS AOS RSU.-----

Presente informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, de seis do corrente mês de setembro, registada com o número dez mil e trinta e seis, a propor a celebração de um acordo com a sociedade Águas do Norte S.A., para a prestação de serviços de faturação e cobrança e partilha de custos relativamente à tarifa e outras taxas relativas aos RSU, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, composto por dez folhas, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

A despesa estimada global com a celebração do aludido Acordo, para três anos de vigência do mesmo (2018 a 2020) é de 316.800,00 € (trezentos e dezasseis mil e oitocentos euros), sendo que a despesa para o ano de dois mil e dezoito e de 105.600,00 € (cento e cinco mil e seiscentos euros), que ficou cativa conforme propostas de cabimento orçamental números 2677/2018, e 2689/2018, de vinte e quatro e vinte e um de agosto findo, respetivamente. -----

Os compromissos inerentes à celebração do aludido acordo estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2790/2018, de vinte e quatro de agosto findo.-----

Da celebração do acordo resultam compromissos plurianuais, conforme consta na aludida proposta de cabimento orçamental, no montante previsível de 105.600,00 € (cento e cinco mil e seiscentos euros) para cada ano de vigência, sendo que a autorização da assembleia municipal para assunção de encargos plurianuais foi dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso, conforme consta do n.º 1 do artigo 33º das Normas de Execução Orçamental, que integram aquele instrumento previsional, em virtude da respetiva ação constar do Plano de Atividades Municipal (projeto/ação: 1/2015/5). -----

Reunião : ORDINÁRIA

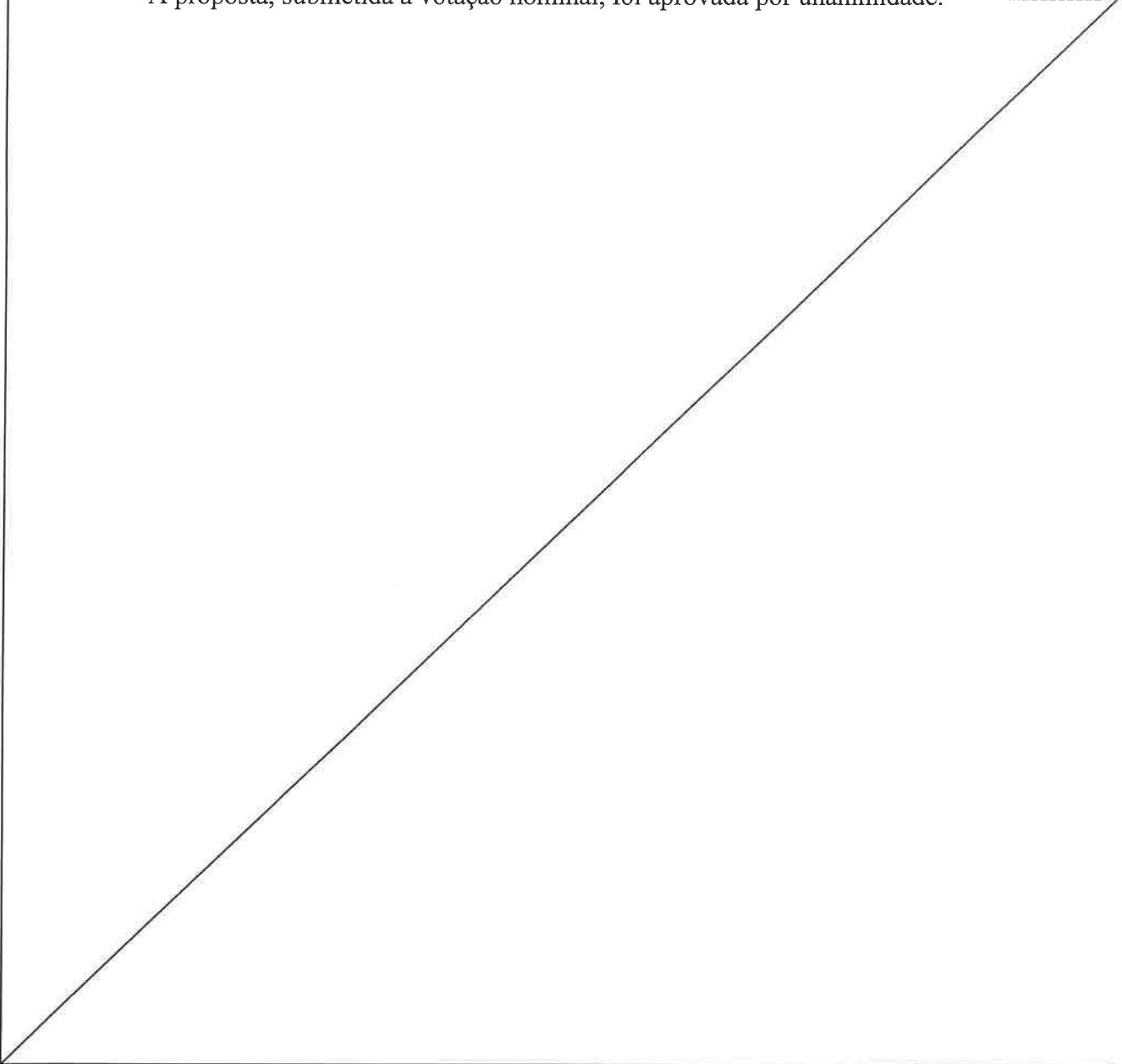


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 17 Fl. 29
20 de setembro de 2018

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a proposta de celebração de Acordo com a sociedade Águas do Norte, S.A., para prestação de serviços de faturação e cobrança da tarifa e outras taxas relativas aos RSU, nos termos da aludida minuta, cuja aprovação igualmente propôs. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





13. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE 06/09/2018 PROFERIDO SOBRE A RECLAMAÇÃO APRESENTADA PELA ADJUDICATÁRIA À MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA E SERVIÇO PÚBLICO DOS ATUAIS E FUTUROS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA E DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO EXISTENTES E A CRIAR NA CIDADE DE SANTO TIRSO.-----

Presente requerimento da sociedade ESSE – Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, S.A., adjudicatária do contrato de concessão acima referido, conforme despacho do presidente da câmara de dezasseis de agosto findo, ratificado por deliberação da câmara municipal de seis do corrente mês de setembro, a pronunciar-se quanto ao teor da minuta do mesmo contrato.-----

O assunto foi informado pela Chefe da Divisão da Contratação Pública, conforme informação de seis do corrente mês de setembro, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas. -----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de seis do corrente mês de setembro, exarado no rosto da informação anexa, que rejeitou as propostas de alteração à minuta apresentadas pela adjudicatária, com exceção da correção do n.º 3 da cláusula 7ª e da correção da numeração da cláusula 27ª, por se tratar de erros notórios de escrita.-----

Assim, no n.º 3 da cláusula 7ª onde constava “alínea i) do n.º 1 da cláusula 25ª” passa a constar “alínea i) do n.º 2 da cláusula 27ª” e na cláusula 27ª as disposições numeradas com os números “2,3 e 4” são os números “3,4 e 5”.-----

A câmara municipal deliberou ratificar o aludido despacho do presidente da câmara, com seis votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 17 El. **31**
20 de setembro de 2018

“Os vereadores do Partido Social Democrata abstêm-se por se tratar de questões técnicas do contrato em causa, dado que, na sua essência, são contra a celebração do contrato em causa”. -----

Assunto: Reclamação sobre a minuta de contrato "*conceção, construção, gestão, exploração, manutenção e fiscalização, quanto às contraordenações previstas no artigo 71º do Código da Estrada, em regime de concessão de obra pública e de serviço público, dos atuais e futuros lugares de estacionamento pago na via pública e dos parques públicos de estacionamento existentes e a criar na Cidade de Santo Tirso*" – apresentada em 24 de agosto de 2018 pela adjudicatária Esse

DESPACHO

2018-09-06

O Presidente

Dr. Joaquim Couto

Considerando que cabe ao órgão com competência para aprovar a minuta do contrato, que é a câmara municipal, decidir, nos termos do nº 2 do art.º 102º do CCP, sobre a reclamação apresentada pela adjudicatária à minuta do contrato de concessão;

Considerando que a decisão sobre a reclamação à minuta do contrato termina no dia 07 de setembro, e que a próxima reunião de câmara está agendada para o dia 20 de setembro, sendo urgente que a decisão sobre a reclamação seja notificada à adjudicatária dentro do prazo fixado para o efeito;

Decido, ao abrigo do nº 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e com fundamento na informação da Chefe da Divisão de Contratação de 05 de agosto de 2018, da qual concordo, rejeitar as propostas de alteração de redação da cláusula 1ª, nº 2, alínea f), da cláusula 6ª, da cláusula 10ª, nº 4, da cláusula 16ª, nº 4, da cláusula 17ª, nº 5, da cláusula 27ª, nº 2 e da cláusula 29ª, nº 2 da minuta do contrato de concessão, efetuadas pela adjudicatária na sua "pronúncia" ou reclamação de 24 de agosto de 2018, devendo apenas proceder-se à correção do nº 3 da cláusula 7ª e proceder-se à renumeração da cláusula 27ª da minuta por se tratar de um erro notório de escrita.

Notifique-se a adjudicatária do presente Despacho que decide sobre a "pronúncia" ou reclamação da minuta do contrato de concessão.

Remeta-se à próxima reunião de câmara para ratificação.

2018-09-06

A Chefe da DCP

Cristina Ramos

1- Por Despacho de adjudicação datado de 16 de agosto de 2018, proferido ao abrigo do nº 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foi decidido adjudicar à empresa **ESSE-ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE E SUBTERRÂNEO, S.A.** o contrato de concessão da "*conceção, construção, gestão, exploração, manutenção e fiscalização, quanto às contraordenações previstas no artigo 71º do Código da Estrada, em regime de concessão de obra pública e de serviço público, dos atuais e futuros lugares de estacionamento pago na via pública e dos parques públicos de estacionamento existentes e a criar na Cidade de Santo Tirso*", bem como foi também aprovada a respetiva minuta do contrato em cumprimento do disposto no número 1 do artigo 98º do CCP;

2- O referido Despacho de adjudicação, o relatório final do júri datado de 06 de agosto de 2018, bem como a aprovação da minuta do contrato, foram todos publicitados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade pública no dia 20 de agosto de 2018, sendo que o referido Despacho e restantes documentos anexos, vão ser posteriormente ratificados na próxima reunião de câmara, que é o órgão competente para adjudicar o contrato de concessão e aprovar a minuta do contrato.

3- Dentro do prazo previsto no artigo de 101º do CCP para apresentar a reclamação à minuta do contrato, ou seja, dentro do prazo dos 5 dias subsequentes à notificação da referida aprovação da minuta, veio a adjudicatária apresentar reclamação sobre a mesma no dia 24 de agosto de 2018.

4- O prazo para o órgão competente (o órgão que aprovar a minuta) decidir sobre a reclamação, é de 10 dias a contar da receção da reclamação, ou seja, o prazo termina a 07 de setembro de 2018.

5- Segundo dispõe o nº 1 do art.º 102º do CCP, "as reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do nº 2 e 5 do artigo 96º ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos."

6- Ora, fazem parte integrante do contrato, os esclarecimentos, o caderno de encargos, o código de exploração anexo ao referido caderno de encargos e a proposta adjudicada, estando tal facto mencionado na respetiva minuta do contrato, cfr. resulta do nº 1 da cláusula 1ª da minuta do contrato.

7- Desta forma, e tal como refere, e bem, a própria adjudicatária na sua "pronúncia" ou reclamação, os poderes desta decorrem do caderno de encargos e dos esclarecimentos prestados pelos membros do júri, e devidamente publicitados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante no dia 14 de junho de 2018, pelo que não colhe a proposta de alteração da redação da alínea f) do nº 2 da cláusula 1ª da minuta, uma vez que tal já resulta dos referidos documentos que fazem parte integrante do contrato.

8- No mesmo sentido, se entende não aceitar a proposta de alteração da redação da cláusula 6ª da minuta do contrato, uma vez que tal resulta dos esclarecimentos prestados pelo júri que foram publicitados na plataforma no dia 14 de junho de 2018, fazendo estes parte integrante do contrato.

9- No que se refere à cláusula 7ª, número 3, verifica-se que existe de facto um erro de escrita, que deve ser corrigido na minuta, pelo que deve ser efetuada a remissão para a cláusula correta, respeitante à sanção contratual, ou seja, para a cláusula 27ª, nº 2 al. i).

10- Detetou-se ainda um erro na numeração da referida cláusula 27ª, pelo que se deve proceder à correção da sua numeração, passando esta a conter 5 números.

11-Relativamente às cláusulas 10ª, nº 4 (Prestação de contas), 16ª, nº 4 (subcontratação) e 17ª, nº 5 (Cessão da posição contratual) da minuta do contrato, não tem razão a adjudicatária, que propõe uma alteração substancial da redação das mesmas, contrariando o estabelecido no caderno de encargos, que comina expressamente com o indeferimento tácito, a saber, cláusula 28ª, nº 4 do caderno de encargos, e cláusulas 35ª, nº 4 e 36ª, nº 5 do caderno de encargos respetivamente. Aliás, acresce referir que o próprio legislador do Código dos Contratos Públicos, que procedeu à sua revisão em 2017, prevê no nº 2 do artigo 102º a figura do indeferimento tácito, pelo que esta figura é legalmente admissível.

12-Relativamente à proposta de alteração do nº 2 da cláusula 27ª da minuta, relativa às sanções contratuais, também não será de acolher, uma vez que o nº 1 da referida cláusula 27ª já remete para o procedimento adequado, que está previsto nos nºs 1 e 2 do artigo 325º do CCP para aplicação destas sanções contratuais, não sendo necessário transcrever para o contrato o que diz a lei.

13-Quanto à proposta de alteração da redação do nº 2 da cláusula 29ª da minuta do contrato, efetuada pela adjudicatária, e respeitante às comunicações entre as partes contratantes, julga-se que também não deve ser acolhida, uma vez que a própria lei das comunicações eletrónicas, ou seja, o DL 290-D/90 de 02 de agosto, define os termos e condições de validade dessas comunicações, não sendo necessário que constem do contrato. Aliás, o que decorre da lei, prevalece sobre as cláusulas contratuais.

Conclusão:

Das propostas de alteração de redação apresentadas pela adjudicatária na sua "pronúncia" ou reclamação apresentada em 24 de agosto de 2018, apenas será de acolher a sugestão de correção da cláusula 7ª nº 3, bem como proceder à correção da numeração da cláusula 27ª da minuta, por se tratar nitidamente de um erro de escrita.

Quanto às restantes propostas de alteração efetuadas pela adjudicatária não se será de atender pelas razões acima descritas.



14. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE AGRELA PARA AJUDAR A CUSTEAR AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E ARRANJOS ENVOLVENTES DO CEMITÉRIO DAQUELA FREGUESIA. -----

Presente ofício de nove de agosto findo, da junta de freguesia de Agrela, registado com o número vinte e dois mil setecentos e sessenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de ampliação e arranjos envolventes do cemitério da freguesia.----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa, em três do corrente mês de setembro, conforme informação registada com o número nove mil novecentos e três, que a estimativa orçamental dos trabalhos a executar é de 68.015,96 € (sessenta e oito mil e quinze euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído, o que se mostra aceitável face à natureza e volume dos trabalhos a executar. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio á junta de Freguesia da Agrela, no montante de 68.015,96 € (sessenta e oito mil e quinze euros e noventa e seis cêntimos), a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2650/2018. -----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2857/2018, de vinte e nove de agosto findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



15. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL ÀS ENTIDADES GESTORAS DO PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, PARA ASSEGURAR O SEU FUNCIONAMENTO DURANTE O ANO LETIVO DE 2018/2019.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de seis do corrente mês de setembro, registada com o número dez mil e setenta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para os devidos efeitos legais, a propor à câmara municipal a transferência de verbas para as entidades que asseguram o prolongamento do horário nos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar (Jardins de Infância), mediante Protocolo a celebrar com as Associações de Pais identificadas na aludida informação, ou Contrato de Delegação de competências nas Freguesias, nas situações em que essa gestão é feita pelas juntas de Freguesia.-----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS ENTRE O MUNICÍPIO E DIVERSAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS-----

Que a câmara delibere celebrar com as Associações de Pais identificadas na aludida informação um Protocolo de Colaboração que tem por objeto definir as relações entre as partes de modo a assegurar o funcionamento dos prolongamentos de horários nos Jardins de Infância do concelho, estabelecendo, nomeadamente, as condições de contratação do(s) animador(es) sócio-cultural(ais) para o exercício de funções nos prolongamentos de horário, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, composto por dez folhas, apenas utilizadas no anverso, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

O período de vigência dos referidos Protocolos reporta-se ao ano letivo 2018/2019, com início no dia 03 do corrente mês de setembro e termo a 31 de agosto de dois mil e dezanove. -----

Dos protocolos a celebrar resultam compromissos plurianuais, nos anos económicos de



dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, no entanto o valor global da despesa respeitante a cada um dos protocolos é inferior ao valor que consta da delegação da assembleia municipal no presidente da câmara para autorização de compromissos plurianuais, conforme disposto no n.º 3 do artigo 33º das Normas de Execução Orçamental que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezoito, aprovada por deliberação da assembleia municipal de catorze de dezembro de dois mil e dezassete. -----

Da celebração dos aludidos Protocolos resulta uma despesa para o município no montante global de 241.680,00 € (duzentos e quarenta e um mil seiscentos e oitenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual ficou cativa a importância de 80.560,00 € (oitenta mil quinhentos e sessenta euros), respeitante aos encargos a satisfazer no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 2855/2018, de doze do corrente mês de setembro.-----

As Associações de Pais com quem será celebrado o Protocolo destinado a estabelecer as condições de contratação das animadoras socioculturais para assegurar o prolongamento do horário dos jardins-de-infância, o montante mensal a transferir pelo município para essas entidades, o número de animadoras a contratar por cada Associação de Pais, e o número do compromisso registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental constam do quadro que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE ÁGUA LONGA E VILA NOVADO CAMPO. -----

Que a câmara delibere propor à assembleia municipal a delegação de competências nas Freguesias acima referidas, para gestão dos prolongamentos dos horários nos Centro Escolar de Água Longa e Escola Básica do Olival, respetivamente, mediante a celebração de contrato de delegação de competências que tem por objeto definir as relações entre as partes de modo a assegurar o funcionamento dos prolongamentos de horários nos referidos estabelecimentos de ensino,

estabelecendo, nomeadamente, as condições de contratação do(s) animador(es) sócio-cultural(ais) para o exercício de funções nos prolongamentos de horário, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, composto por dez folhas, apenas utilizadas no anverso, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O período de vigência dos referidos Contratos reporta-se ao ano letivo 2018/2019, com início no dia três do corrente mês de setembro e termo em trinta e um de agosto de dois mil e dezanove. -----

Dos referidos contratos resulta uma despesa para o município no montante global de 23.040,00 € (vinte e três mil e quarenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual ficou cativa a importância de 7.680,00 € (sete mil seiscentos e oitenta euros), correspondente aos encargos a satisfazer no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2855/2018, de doze do corrente mês de setembro.----

Os compromissos inerentes à celebração dos aludidos contratos constam do quadro atrás referido, anexo à presente deliberação. -----

As propostas, submetidas a votação nominal, foram aprovadas por unanimidade.-----

Serve o presente anexo para regulamentar os termos inerentes a cada um dos 28 protocolos/contratos, a celebrar com as diferentes entidades gestoras dos prolongamentos de horário, nomeadamente no que se refere às cláusulas segunda, terceira e correspondentes número de compromisso e classificação económica, conforme a seguir explicitado:

Entidades gestoras dos prolongamentos de horário	Cláusula segunda (obrigações da entidade)	Cláusula terceira (obrigações do município)	N.º de Compromisso	N.º de Classificação Económica
Junta de Freguesia de Água Longa	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1120,00€/mês	3022	04050102
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 JI de Parada Carreira	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	2996	040701
Associação de Pais da Escola Primária e Pré-Primária de Guimareí	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 540,00€/mês	2997	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Reguenga	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	2998	040701
Associação de Pais da Escola Primária de São Jose de Refojos	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	2999	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja Areias	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1060,00€/mês	3000	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Quinchães	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3001	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Santa Luzia – Monte Córdova	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3002	040701

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha - Burgães	2 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1060,00€	3003	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Igreja – Lama	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3004	040701
Associação de Pais da Escola EB1/JI de Quintão - Palmeira	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3005	040701
Assoc. de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrio APEEEPT	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3006	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola EB1/JI de Ermida	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1160,00€/mês	3007	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Merouços	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1160,00€/mês	3008	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da Escola EB1/JI do Foral	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3009	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 11 Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância de Areal S M do Couto	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 920,00€/mês	3010	040701
Associação de Pais do Centro Escolar de São Bento da Batalha	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 480,00€/mês	3011	040701
Associação de Pais dos Alunos do Jardim de Infância do Ribeiro Freguesia de Rebordões Santo Tirso	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 480,00€/mês	3013	040701

APEN- Associação de Pais das Escolas de Negrelos	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1120€/mês	3014	040701
Associação Pais da Escola de Bom Nome APEBN	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1060,00€	3015	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância das Fontainhas	3 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1.540,00€	3016	040701
Freguesia de Vila Nova do Campo	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 800,00€/mês	3017	04050102
Associação de pais e Encarregados de Educação da Escola primária da Quelha de São Salvador do Campo	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3018	040701
Associação de Pais da Escola de Presa N 2 Vilarinho	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1060,00€/mês	3020	040701
Associação Pais e Encarregados de Educação Amigos do Jardim de Infância e Escola do 11 ciclo do Ensino Básico da Ribeira	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3021	040701
Associação de Pais da Escola Básica da Costa	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 580,00€/mês	3023	040701
Assoc. de Pais e Encarregados de Educação da Escola C+S de S. Martinho do Campo e Área Pedagógica Periférica	2 Animadoras	setembro de 2018 a agosto de 2019: 1060,00€/mês	3024	040701
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte -- Vila das Aves	1 Animadora	setembro de 2018 a agosto de 2019: 480,00€/mês	3025	040701

16. PROPOSTA DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. DINIS PARA A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE CONTROLO DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. DINIS. -----

Presente informação da Divisão de Educação, de seis do corrente mês de setembro, registada com o número dez mil e trinta e cinco, a informar que no âmbito das obras de requalificação da Escola Básica e Secundária D. Dinis, não foi prevista a instalação de dispositivos de controlo de entrada a saída do edifício escolar, o que se mostra essencial para garantir a devida segurança dos alunos. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir um subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária D. Dinis no montante de 3.000,00 € (três mil euros), para ajudar a custear as despesas com a aquisição e instalação dos referidos dispositivos de controlo da entrada e saída do edifício escolar. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2904/2018. -----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3075/2018, desta data. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



**17. CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A
CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO ESTRELAS
DA SERRA - AGRELA – 2018.**-----

Presente requerimento de vinte e nove de janeiro último, da Associação Estrelas da Serra – Agrela, registado com o número doze mil oitocentos e oitenta e um, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número nove mil e doze, de trinta de agosto findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a Associação Estrelas da Serra - Agrela tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia catorze do corrente mês de setembro, válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada ao sítio institucional da internet da Autoridade Tributária, na mesma data, cuja informação assim obtida tem igualmente a validade de seis meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1000,00 € (mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2750/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2866/2018, de trinta e um de agosto findo. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

A câmara municipal deliberou ratificar o aludido protocolo por unanimidade. -----



18. CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE LAMELAS – 2018. -----

Presente email de sete do corrente mês de setembro, da Associação Cultural e Desportiva de Lamelas, registado com o número vinte e cinco mil cento e oito, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número dez mil trezentos e noventa, de treze do corrente mês de setembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a Associação Cultural e Desportiva de Lamelas tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia sete do corrente mês de setembro, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante,



constituindo o anexo VIII da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2873/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2994/2018, de catorze do corrente mês de setembro. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

A câmara municipal deliberou ratificar o aludido protocolo por unanimidade. -----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: quinze horas e quarenta e quatro minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e oito folhas, apenas utilizadas no anverso e oito documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexo II, relativo ao item três; anexo III, relativo ao item onze; anexo IV, relativo ao item doze; anexos V e VI, relativo ao item quinze; anexo VII, relativo ao item dezassete; e anexo VIII, relativo ao item dezoito), que eu

Joana Paula Fereira Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 11 / 10 / 2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas Seis).

A Secretária, *Joana Paula Fereira Salgado*